



# SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

MANHÃ

## OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR

PROVA ESCRITA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – CINZA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo os temas das questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma Folha de Respostas da Prova Escrita das questões discursivas



### TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluída a transcrição para a Folha de Respostas da Prova Escrita Discursiva
- **1 hora** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- **A Folha de Resposta da Prova Escrita Discursiva não poderá** ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou **marca que identifique o candidato** em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos **textos definitivos acarretará nota ZERO na Prova Escrita Discursiva**
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento da Folha de Resposta da Prova Escrita Discursiva é de sua inteira responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas a transcrição realizada na Folha de Resposta da Prova Escrita Discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Direito Administrativo

---

1

Lorenzo faleceu, enquanto dormia no interior de sua residência, em razão de ter sido atingido por projétil de arma de fogo, disparado quando ocorreu uma operação policial na localidade em que morava. Embora não tenha sido possível identificar se o tiro foi deflagrado por agente estatal, os familiares de Lorenzo alegam que têm convicção de que o disparo foi realizado pelo oficial da polícia militar Bruno.

Diante dessa situação hipotética, os familiares de Lorenzo estão divulgando, nos meios de comunicação, que irão ajuizar ação em face do ente federativo e de Bruno, com vistas a obter reparação no âmbito da responsabilidade civil do estado.

Enfrente as peculiaridades acerca do tema, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, destacando os seguintes aspectos:

- A) a natureza da responsabilidade civil do estado e a teoria pertinente;
- B) os elementos caracterizadores da responsabilidade civil do estado;
- C) a possibilidade de alegação de causas interruptivas do nexo de causalidade e, eventualmente, a identificação daquelas admitidas pelo Pretório Excelso;
- D) a suficiência da alegação de que a operação policial é lícita para fins de afastar a responsabilização civil;
- E) a viabilidade de Bruno constar do polo passivo de tal demanda para fins de obter a responsabilização civil do estado no caso em análise.

Valor: 5 pontos

Máximo de 30 linhas.

## Direito Constitucional

---

2

Após diversos episódios de violência armada, inclusive com situações que levaram a óbito integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), parcela considerável dos policiais militares se reuniu para debater o assunto e, ao final do processo, deflagrar um movimento grevista, a fim de paralisar a atividade policial da corporação. Avisado da referida ideia e no intuito de satisfazer a categoria com relação à necessidade de maior segurança, o governador do estado, inovando quanto à matéria licitatória e a respeito do Estatuto do Desarmamento, comunicou que havia sancionado e promulgado, na semana anterior, restando apenas a publicação no Diário Oficial do Estado, uma lei ordinária que permite, com dispensa de prévio procedimento, a venda direta de armas de fogo do patrimônio da PMERJ a seus policiais.

Na condição de policial militar, integrante da cúpula da corporação e responsável pela análise jurídica de assuntos como o presente, deve o candidato, com base nos dados fornecidos pelo enunciado, abordar os temas de direito constitucional sobre característica do direito fundamental de greve, bem como eventual (im)possibilidade constitucional de restrição e de exercício, tanto por servidor público civil comum, como por militar, do direito fundamental de greve. No que se refere ao tema da partilha de competência, o candidato deve discorrer sobre a forma de Estado adotada no Brasil, o critério, em geral, de entrega de competência à União e sua finalidade, a distinção entre competências legislativa e material, assim como os tipos de competência presentes no enunciado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Valor: 5 pontos

Máximo de 30 linhas.

## Direito Penal

---

3

Alberto e o adolescente Júnior ingressam em uma loja de departamentos e retiram de uma prateleira barras de chocolate, que ocultam nas vestes do primeiro. Um segurança, porém, observa a movimentação suspeita e passa a acompanhá-los. Quando eles deixam a loja, sem haverem pago pelos citados produtos, o segurança os aborda, ocasião em que Alberto e o adolescente o agredem, desferindo-lhe socos, e, na sequência, empreendem fuga. Policiais militares, que estavam numa viatura em patrulhamento pelo local, ao avistarem Alberto e o menor correndo, e depois de ouvirem alguém gritar “pega ladrão”, iniciam perseguição, logrando alcançar somente Alberto, que, para não ser preso, morde a mão do SD PM Bernardo, lesionando-a sem gravidade, mas acaba detido por este e por seu colega, o CB PM Costa. Com o preso, são recuperados todos os chocolates retirados da loja, no valor de R\$ 87,00 (oitenta e sete reais), além de um simulacro de arma de fogo. Posteriormente à prisão de Alberto, o adolescente-infrator é identificado, restando apurado que ele já possuía antecedentes infracionais.

Diante do caso narrado, discorra sobre a relevância criminal das condutas praticadas por Alberto, à luz do ordenamento jurídico penal.

Valor: 5 pontos.

Máximo de 30 linhas.

## Direito Processual Penal

---

4

Lucas e Joaquim, policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, estavam em patrulhamento de rotina, ocasião em que se depararam com uma atípica movimentação em frente ao domicílio de Luiz. Em assim sendo, os agentes da lei se aproximaram, discretamente, do imóvel, sem nele adentrar, conseguindo visualizar, a partir de uma janela que estava parcialmente aberta, dinheiro em espécie, uma arma de fogo e pinos contendo substância branca semelhante a cocaína em cima de uma mesa. Na sequência, uma pessoa não identificada ingressou no local e entregou uma nota de vinte reais a Luiz, que, como contrapartida, lhe forneceu quatro dos supracitados pinos. Nesse contexto, os policiais, sem autorização judicial e sem a concordância de Luiz, ingressaram no imóvel, capturando-o em flagrante e arrecadando o material ilícito. Por outro lado, o indivíduo não identificado logrou se evadir. Em sede policial, constatou-se, por meio de prova pericial, que as dezenas de pinos arrecadados continham, em seu interior, cloridato de cocaína (material entorpecente) e que a arma de fogo ostentava potencialidade lesiva, estando devidamente municada. Por ocasião da audiência de custódia, o Ministério Público manifestou-se pela homologação da prisão em flagrante, com a concessão de liberdade provisória ao custodiado Luiz, sem cautelares de natureza diversa da prisão, por se tratar de indivíduo primário e portador de bons antecedentes, seguindo o mesmo raciocínio da autoridade policial que não representou pela conversão da prisão flagrancial em prisão preventiva, tampouco manifestou-se pela aplicação de cautelares diversas de prisões. Contudo, o juiz, considerando a gravidade dos delitos perpetrados, envolvendo, inclusive, uma arma de fogo, converteu, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Com base no cenário hipotético narrado, responda de forma fundamentada.

- a) O ingresso dos policiais militares Lucas e Joaquim no imóvel de Luiz, sem autorização judicial e sem a concordância do morador, ocorreu de forma regular? Contextualize a resposta com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- b) Que modalidade de prisão em flagrante restou caracterizada no caso concreto? Justifique a resposta à luz do caso apresentado.
- c) O juízo, ao converter, de ofício, a prisão em flagrante em prisão preventiva, agiu de forma acertada? Contextualize a resposta com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- d) Além da oposição de embargos de declaração e de eventual pedido de reconsideração, caso a defesa técnica de Luiz pretenda questionar a decisão judicial prolatada, qual é a via judicial cabível para tanto? Justifique a resposta à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Valor: 5 pontos.

Máximo de 30 linhas.

# Rascunhos

---

## 1 – Direito Administrativo

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

## 2 – Direito Constitucional

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

### 3 Direito Penal

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

### 3 Direito Processual Penal

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO



Realização

